

... continuação

e Serviços (CBS). A legislação prevê a aplicação de alíquotas-teste a partir de 2026, correspondentes, em linhas gerais, a 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, as quais serão gradualmente elevadas ao longo dos exercícios subsequentes, conforme o cronograma de transição definido na legislação e em regulamentações complementares, até a plena implementação do novo sistema tributário. Tais alterações poderão impactar, de forma relevante, a carga tributária, os fluxos de caixa, os preços, os processos operacionais e os sistemas de informação da Sociedade, a depender da regulamentação aplicável e de seu modelo de negócios. Nesse contexto, a Sociedade vem avaliando os potenciais impactos financeiros, comerciais e operacionais relacionados a essas alterações, bem como conduzindo estudos e adotando ações preparatórias com o objetivo de considerar tais efeitos e mitigar eventuais impactos adversos decorrentes da implementação do novo sistema tributário. **Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Não há outras normas, alterações de normas ou interpretações que não estão em vigor que a Sociedade espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

	2025	2024
3. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Bancos	60	32
Aplicações financeiras	60	2.093
	120	2.125

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em operações compromissadas, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações em operações compromissadas e similares, embora tenham lastro em títulos com vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

	2025	2024
4. Contas a receber	2025	2024
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto	29.279	20.454
Cientes privados	293	298
	29.572	20.752

O contas a receber são valores originados da prestação de serviços públicos e privados da coleta de resíduos não perigosos e perigosos, atividades de paisagismo, de limpeza e, serviços de engenharia, entre outros. O saldo vencido há mais de 360 dias em aberto com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto em 31 de dezembro de 2025 refere-se principalmente aos serviços prestados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2024. Devido a problemas de caixa ao longo de 2024 e 2025, a Prefeitura está em negociação com a Sociedade para efetuar o pagamento desses valores em 2026. A Administração da Sociedade avalia regularmente a recuperabilidade de seus créditos e o risco de inadimplência. Por se tratar de um ente público municipal (risco de crédito soberano local) e se tratar de um serviço público essencial, a Sociedade entende que não há risco de perda definitiva que justifique a constituição de Provisão para perda esperada de crédito sobre os saldos vencidos. A abertura do saldo a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	2025	2024
A vencer	55	49
Vencidos		
De 1 a 30 dias	8.853	16.200
De 31 a 180 dias	67	4.503
De 180 a 360 dias	4.348	-
Acima de 360 dias	16.249	-
Total	29.517	20.703

	2025	2024
5. Imobilizado e intangível	2025	2024
% - Taxa anual de depreciação e amortização		

	2025	2024
Imobilizado líquido		
Terenos	1.671	1.671
Máquinas e equipamentos	17.989	15.506
Veículos operacionais	19.032	19.247
Ferramentas	167	167
Equipamentos de informática	94	94
Móveis e utensílios	45	45
Outros	229	176
	39.227	36.906
Depreciações acumuladas	(13.340)	(13.316)
Total do ativo imobilizado	25.887	23.590
Intangível líquido		
Obras concessão	(a) 9.681	9.681
Licenças de softwares	22	22
	9.703	9.703
Amortizações acumuladas	(658)	(576)
Total do ativo intangível	9.045	9.127
(a) Os ativos da concessão serão amortizados dentro do prazo da concessão no método de linha reta, amortização linear, considerando uma taxa média de 5% a.a. Resumo das movimentações: A movimentação sintética do imobilizado e do intangível dos anos de 2025 e de 2024 encontra-se demonstrada a seguir:		
Imobilizado	2025	2024
Saldo inicial	23.590	11.049
Aquisições	3.226	14.455
Baixas	(6)	-
Depreciação	(2.923)	(1.914)
Saldo final	23.887	23.590
Intangível	2025	2024
Saldo inicial	9.127	8.018
Aquisições	-	1.191
Amortização	(82)	(82)
Saldo final	9.045	9.127

CSO Ambiental de Salto SPE S.A.

As aquisições de imobilizado realizadas no exercício de 2024 referem-se, substancialmente, à compra de implementos operacionais e equipamentos acopláveis aos veículos de transporte, tais como cestos aéreos e cabeçotes de corte para poda. Tais itens foram classificados na rubrica de "Máquinas e equipamentos" e foram financiados mediante captação de recursos via linha de crédito FINAME, cujos saldos passivos encontram-se detalhados na nota explicativa nº6. **Empréstimos e financiamentos** - Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, relativos aos empréstimos e financiamentos, estavam representados por:

	2025	2024
Modalidade		
Financiamento de veículos pesados - FINAME	14.424	15.926
	14.424	15.926
Parcela não circulante	6.083	4.176
Parcela não circulante	8.341	11.750
FINAME: Realizados com a finalidade de aquisição de caminhões, caminhões compactadores elétricos, carrocerias, equipamentos hidráulicos e outros. Além dos próprios bens financiados os contratos apresentam garantia o aval da sua acionista. Essas operações são realizadas com taxas de juros anuais que variam entre 15,69% e 17,13%, pagos mensalmente e com vencimentos finais em 2029.		

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.522	13.596
(+) Liberações	1.014	583
(-) Juros do período	(775)	(775)
(-) Pagamentos de principal e juros	(2.014)	(1.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.926	14.242
(+) Liberações	2.014	(5.394)
(-) Juros do período	(1.878)	(5.394)
(-) Pagamentos de principal e juros	(5.394)	(14.242)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.424	14.424

Composição das parcelas de longo prazo: Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	2025	2024
2026	4.918	4.374
2027	5.160	4.374
2028	3.157	2.458
2029	24	-
	8.341	11.750
2025	2.024	2.222
2026	2.833	2.222

(a) Contas a pagar decorrente de locação de máquinas e equipamentos. As obrigações comerciais e financeiras entre as empresas ligadas são efetuadas em condições específicas acordadas entre as partes.

	2025	2024
8. Obrigações tributárias e trabalhistas	2025	2024
Obrigações tributárias		
Programa de Integração Social (PIS) a recolher	615	391
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recolher	2.832	1.802
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	6	-
Outros	16	15
	3.469	2.208

	2025	2024
Obrigações trabalhistas		
Provisão de férias e encargos sociais a pagar	1.308	1.298
Salários a pagar	356	393
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	95	96
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	312	123
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) a recolher	45	48
Outros	92	65
	2.208	2.023
	5.677	4.231

As obrigações tributárias são compostas pelos tributos devidos na prestação de serviços de limpeza urbana, bem como tributos sobre o lucro.

	2025	2024
9. Dividendos a pagar	2025	2024
Corpus Saneamento e Obras Ltda.	2025	2024
Saldo inicial	1.076	1.565
Dividendos pagos	-	(1.565)
Dividendos mínimos obrigatórios	331	1.076
Saldo final	1.407	1.076

10. Transações com partes relacionadas - Operações de empréstimos e mútuos: O saldo a pagar representa operações de empréstimos em forma de mútuo com prazo indeterminado, celebrados entre a Sociedade e suas partes relacionadas, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, sendo que estas operações não possuem remuneração ou vencimento predeterminado, conforme mutuado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos passivos com partes relacionadas estão assim apresentados:

	2025	2024
Corpus Saneamento e Obras Ltda.	2025	2024
Passivo não circulante	7.109	437
Custos - Operações mercantis	(4.882)	(6.593)
As operações comerciais entre as empresas ligadas são efetuadas em condições específicas acordadas entre as partes.		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A.** - Salto-SP
Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CSO Ambiental de Salto SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4, a Sociedade possui créditos a receber de órgão governamental em aberto há mais de 360 dias, para os quais não constitui uma provisão para perda esperada de crédito em montante de R\$16.249 mil (R\$10.724 mil líquido dos efeitos tributários), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A realização deste valor está condicionada às negociações em curso com os órgãos governamentais, tanto na esfera administrativa, quanto judicial. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Operação com cliente exclusivo:** Ressalva nossa opinião, chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 onde menciona que a Sociedade possui saldos e transações comerciais com um cliente único, qual seja, a Prefeitura da Estância Turística de Salto, em razão de propósito de atendimento exclusivo previsto em contrato. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas assumindo que a Sociedade terá continuidade normal destas operações comerciais e, desta forma, não incluem possíveis ajustes de realização e classificação de ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação deste contrato. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

11. Provisão para demandas judiciais - A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31 de dezembro de 2025 os principais processos judiciais em curso, com probabilidades de perdas possíveis e prováveis são conforme seguem: **Processos prováveis**

	2025	2024
Processos trabalhistas	403	403
	403	403
Processos possíveis: Segue a relação de saldos de contingência não provisionadas devido a seu prognóstico de perda classificado como possível, de acordo com o parecer dos consultores jurídicos externos da Sociedade:		
Processos trabalhistas	2.930	1.140
Em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade possuía 45 ações (35 ações em 2024) trabalhistas com prognósticos de perda possível. As principais matérias envolvidas nas ações versam sobre temas decorrentes de ajustes salariais, adicionais de insalubridade, nulidade de aviso prévio e, outros. 12. Patrimônio líquido - Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 12.801, representado por 12.800.330 ações ordinárias de valor nominal de R\$ 1,00, totalmente integralizado, conforme segue:		
Acionista	Ações	% - Participação
Corpus Saneamento e Obras Ltda.	12.800.330	100,00
	12.800.330	100,00

Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não pode exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, atingir 20% do capital social, conforme determinado no estatuto social. **Destinação do lucro líquido:** Destinação do lucro líquido de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.638/07), o lucro líquido do exercício disponível, após a compensação dos prejuízos acumulados e após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios. O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está assim demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.392	4.530
(-) Reserva legal	(70)	(226)
(=) Base de distribuição de lucros	1.322	4.304
(x) Dividendo mínimo obrigatório - %	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório - R\$	331	1.076
13. Receita com prestação de serviços	2025	2024
Receita de prestação de serviços	63.935	66.527
(-) Impostos incidentes - ISS	(3.126)	(3.395)
(-) Impostos incidentes - PIS	(1.046)	(1.083)
(-) Impostos incidentes - COFINS	(4.819)	(4.991)
	54.944	57.058
14. Custo dos serviços prestados	2025	2024
Salários, encargos e benefícios	(21.385)	(18.745)
Locação de máquinas e equipamentos	(7.003)	(8.463)
Manutenção de máquinas e veículos	(2.748)	(3.070)
Combustível/lubrificante	(3.518)	(3.399)
Controle e destinação resíduos	(748)	(645)
Materiais aplicados, limpeza e consumo	(753)	(925)
Depreciação e amortização	(2.950)	(1.965)
Locação de veículos e imóveis	(317)	(306)
Serviços prestados por terceiros	(2.210)	(1.578)
Outros custos	(416)	(351)
	(42.048)	(39.447)

15. Despesas gerais, administrativas e comerciais
Salários, encargos e benefícios (6.938) (6.676)
Serviços prestados por terceiros (1.043) (574)
Despesas com provisões judiciais - (258)
Serviços prestados vigilância/segurança (249) (231)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos (173) (148)
Depreciação e amortização (56) (32)
Contribuição sindical (371) (315)
Despesa com propaganda e publicidade (162) (160)
Despesa com seguros (27) (26)
Impostos, taxas e outras (507) (174)
Outras despesas (1.461) (1.565)
(11.029) (10.159)

	2025	2024
16. Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(1.878)	(583)
Despesas bancárias	(9)	(9)
Outras despesas	(1)	(1)
	(1.888)	(593)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	18	1.336

	2025	2024
16. Resultado financeiro líquido	2025	2024
Descontos obtidos	1	1
Juros ativos	50	6
	69	1.343
	(1.819)	750

17. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - Imposto de renda e contribuição social - corrente

	2025	2024
Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda	1.027	8.385
(+) Doações e despesas não dedutíveis	28	23
(+) Provisão (reversão) para demandas judiciais	-	257
(-) Diferimento de resultado com órgãos públicos	(2.646)	(6.236)
(+) Trimestre com prejuízo	3.243	2.074
	1.652	4.503
Imposto de renda, adicional de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurado	538	1.507
(-) Outras deduções (compensação de prejuízos fiscal + PAT)	(163)	(21)

Imposto de renda, adicional de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido 375 1.486
Imposto de renda e contribuição social - diferido: Os créditos e débitos diferidos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e nas diferenças temporárias que resultarão em tributação futura. A seguir, apresentamos as origens dessas diferenças:

	2025	2024
Ativo diferido		
Prejuízos fiscais	1.634	1.634
Passivo diferido		
Diferimento de resultado com órgão público	3.262	2.369
	3.262	2.369

18. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Sociedade, estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas, realizadas em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha e possuem seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As taxas pactuadas nas aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado. **Contas a receber:** O contas a receber da Prefeitura de Salto é avaliado no momento inicial pelo valor presente e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. Seus valores são substancialmente similares aos valores de mercado e, incluem atualizações contratuais quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos:** Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados conforme cláusulas previstas nos contratos. **Fornecedores:** Os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores de aquisição de serviços e materiais e demais contas a pagar. **Partes relacionadas a pagar:** Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado. **Risco de crédito:** A Sociedade está exposta ao risco de crédito considerando sua concentração de operações com apenas um cliente. São efetuados acompanhamentos contínuos relacionados ao recebimento dos serviços e, há punições em contrato caso não cumpridas suas condições. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Sociedade possui aplicações com vencimento em curto prazo (ou similares) e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus ac